



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 31 DE OUTUBRO DE 1995

Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Odacir Klein; Senhores Ministros de Estado, aqui presentes; Senhor Governador Jaime Lerner; Senhores Líderes do Governo, Deputado Rigotto, Senador Elcio; Senhor Diretor-Geral do DNER, Tarcísio Delgado; Senhores Secretários de Transportes; Senhores Empresários; Senhores Parlamentares, Deputados, Senadores e Presidente da Comissão de Transportes; Senhores ex-Ministros; Senhoras e Senhores,

O Ministro Odacir Klein, ao fazer uma referência correta, elogiosa e necessária aos que o antecederam – ao Deputado Goldman, à Dra. Margarida, ao General Denys –, deu um exemplo de como as coisas no Brasil começam a se encaminhar. Estamos construindo um país que tem história, que se orgulha de estar mudando e que reconhece que as coisas nem sempre começam num governo, não devem começar num governo, devem ser continuadas de outros governos. O governo que eu tive a honra de suceder, que foi o do Presidente Itamar Franco, deu passos importantes na modernização do Brasil.

Só com o espírito de equipe é possível, efetivamente, transformar este país. Esse espírito de equipe, que começa pelo reconhecimento de

que o Governo anterior tem continuidade no presente Governo, não pode se limitar aos homens que estão exercendo função pública. Ele tem que ser mais amplo. O que hoje caracteriza o mundo atual é essa amplitude dos modos de parceria entre a sociedade e o Governo, entre os vários setores da sociedade e os vários setores do Governo.

Isto é o novo. Não é só no Brasil, não. É no mundo. E essa parceria se estende precisamente naquilo a que também o Ministro Klein se referiu. É o fato de que nós, hoje, não governamos como se os estados da Federação fossem inimigos da União ou como se a União fosse inimiga dos governadores dos estados. Pelo contrário. Essa parceria se estende a essa compreensão de que, para administrar um país da vastidão do nosso, da imensidão do nosso, com os problemas e com os recursos de que dispomos, é preciso descentralizar.

É preciso descentralizar e é preciso ter a cooperação da sociedade civil. É preciso fazer com que os instrumentos legais, que começam a estar à disposição dos governantes, sejam aplicados. É o caso da Lei de Concessões. Quantas vezes, eu, Ministro da Fazenda, e o Ministro Goldman, Ministro dos Transportes, ou os demais Ministros que serviram ao Governo Itamar Franco tínhamos alguns empecilhos para avançar um pouco mais, porque não tínhamos, ainda, um quadro legal que permitisse avançar.

Hoje, nós temos esse quadro legal, no que diz respeito à Lei de Concessões de Serviços Públicos, que custou anos de batalha e da qual tive a honra de ser o autor, no Senado da República.

Mas não é só isso. Hoje, existe uma compreensão muito mais ampla da necessidade efetiva de que as tarefas que são necessárias para o País não sejam feitas só pelo Estado. Elas têm que ser feitas com a cooperação direta do empresariado, com a cooperação direta da sociedade civil e do setor privado.

Hoje, nós estamos vendo a concretização disso em dois projetos importantes. São apenas dois – nós vamos fazer muitos mais –, mas são dois importantes: a estrada Juiz de Fora–Rio de Janeiro e a Via Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro.

Como disse, de novo, o Ministro, aqui, hoje, o pedágio é reconhecido como uma forma de melhorar, para o usuário, as condições da

estrada. E mais ainda: quem paga o pedágio é quem usa. Portanto, não se está fazendo imposto sobre quem não usa a estrada. É um imposto justo. Imposto, o nome, etimologicamente, já diz, não é feito voluntariamente, é imposto, se impõe. Mas, sem ele, não existe a possibilidade de a sociedade se organizar e haver, efetivamente, uma transformação em benefício do conjunto da população. Então, nós não temos que temer, quando o imposto é justo, de dizer que é um imposto. No caso do pedágio, é mais do que justo, pela razão aqui já dita.

Eu queria saudar, hoje, o Ministro pelas suas palavras eloqüentes. Não tenho dúvida nenhuma quanto à honorabilidade do Diretor do DNER e do Ministro dos Transportes, porque eu os conheço de longuíssima data. São pessoas que se caracterizam, precisamente, por terem espírito público e por serem pessoas de absoluta confiança e de absoluta honorabilidade. Quando os escolhi, houve até quem dissesse: “Mas não são engenheiros.” Eu não fui Ministro da Fazenda? E não fui tão mal assim. E não sou economista. Não precisa ser engenheiro, não precisa ser técnico. Do que precisa é ter espírito público e a compreensão do processo global. Do que precisa é ter honorabilidade. Do que precisa é ter capacidade de dialogar e de reconhecer o direito de cada uma das partes e, quando houver conflito de interesses, de dirimir esses conflitos de interesses tendo em vista o bem público.

Esses dois homens estão fazendo isso. E, certamente, só o fazem porque, dentro dos Ministérios, têm uma enorme quantidade de pessoas, cujos nomes eu não conheço, mas tenho certeza – como alguém que foi nomeado hoje aqui, com justa razão – de que, sem eles, não seria possível avançar. Também, sem que haja um funcionalismo competente, os Ministérios não funcionam. E, sem que haja cooperação entre os Ministros, tampouco funcionam.

O fato de o Ministro da Aeronáutica estar dando um apoio decidido ao Ministro dos Transportes deve ser o usual, deve ser o normal.

O Brasil mudou, Senhores e Senhoras. Já mudou há algum tempo. Nós é que não havíamos percebido. E vai mudar mais. Estamos com os Congressistas aqui presentes. É com esse novo espírito que nós temos que votar as leis de reforma. Reformas não são para o Governo Fernando

Henrique, não são para nenhum partido – eu nem falo em partidos. São para o País. E, às vezes, fico com pena ao ver que ainda há quem discuta se uma medida tal vai beneficiar o estado, o município ou a União.

Mas, meu Deus! Uma medida que beneficia um e não outro, não serve. Pode, num dado momento, ser necessário que haja um reconhecimento de recursos para um setor e não para o outro, mas nós temos que ter uma visão solidária. E, quando vejo, tantas vezes, aí, dito que o Presidente vai agora atender aos estados e aos municípios, porque assim ele vai obter o voto? Não, não é por isso, não. Com voto ou sem voto, vou atender aos estados e municípios, porque sou o Presidente da República do Brasil e tenho que atender a todos. Mas vou atender de maneira correta, fazendo com que haja, efetivamente, um comprometimento de cada um, com um sentido geral; com que cada um faça o sacrifício necessário para que o País avance.

Agora mesmo, estamos propondo a renovação do Fundo Social de Emergência. Ele é absolutamente necessário. Para quê? Para manter a moeda estável. Até quando? Até quando nós tivermos feito todas as reformas. Parece-me pequena a discussão. “Por quantos meses?” Pelos meses necessários, Senhores Deputados. Necessários para mim? Não. E se eu for embora e vier outro, e nós não tivermos feito as reformas? Continuaremos precisando desse instrumento. E seria mesquinho imaginar que se tomam medidas em benefício de um período de tempo de um governante ou de outro governante. O País é mais forte do que tudo isso. É o País que clama por um voto que não seja em função de um interesse menor, de um partido, disso ou daquilo.

Esse é o novo Brasil, um Brasil que não tem o que esconder, que tem argumentos. Não se precisa de outro elemento para convicção que não o argumento. Não da pressão usual da caneta, como dizem. Para quê? Se tem argumentos, precisa da razão, precisa do convencimento, precisa da crença. Isso nós temos.

Quero felicitar o Ministro dos Transportes, o Ministério dos Transportes, o Diretor do DNER, os empresários e fazer um apelo aos empresários: quando alguém ganhar uma concorrência, vamos deixar que ganhe. Não precisa fazer de novo, voltar atrás, tentar ganhar no tribunal.

Vamos acreditar que a concorrência é bem feita – e vamos fazê-la bem feita, vamos fazê-la com clareza, porque assim o País avança, não é?

Mas me desviei um pouco do curso para fazer este apelo.

Quero dizer o seguinte: acho que, hoje, nós estamos vendo, aqui na área dos transportes, que o rumo está definido. Recentemente, eu estava discutindo a área de energia. O rumo está definido. Na área dos portos, o rumo está definido. Na área de comunicações, o rumo está definido. É uma questão de perseverança, é uma questão de continuar na direção. Nós já sabemos o que tem que ser feito, já que estamos buscando a convergência, o País está apoiando, lá fora todo mundo sabe o que estamos fazendo.

Vamos continuar com esse espírito, que vi manifestado aqui pelo Ministro Odacir Klein, fazendo efetivamente praticar a Lei de Concessões de Serviços Públicos, a Rede Ferroviária, cuja concessão vai ser, sim, autorizada. Vamos privatizar certos setores, que precisamos privatizar, sem preconceitos, sem que se pense que, com isso, o Governo perde o controle e o País perde patrimônio – pelo contrário: o País enriquece o seu patrimônio sem que nos percamos em suspicácias, que não têm sentido porque tudo será feito com clareza. É só continuar nesse rumo. Tenho certeza absoluta, tranqüila, plena, de que este país, finalmente, encontrou o caminho e de que finalmente o povo vai ter aquilo de que precisa, que é emprego, que é melhor salário, que é melhor educação, que é melhor saúde. Mas isso não se faz com demagogia. Não se faz com discurso vazio. Não se faz com palavras. Faz-se com trabalho. E esse trabalho é o que nós estamos fazendo, e os senhores todos que estão aqui fazem parte desse grande mutirão, desse grande espírito de equipe, dessa compreensão de que nós, hoje, temos que olhar uns aos outros não como adversários, não como quem quer puxar um para um lado, o outro para outro lado, mas que estamos todos remando no mesmo rumo e que esse rumo foi definido pelo povo do País, ao nos escolher a todos nós para exercermos as funções que estamos exercendo; e que esse rumo foi confirmado pelos êxitos que nós vamos conquistando, não eu, nós, o povo do Brasil, conseguindo fazer com que essa democracia signifique, também, um caminho de desenvolvimento.

É para isso que eu os convoco, e tenho certeza de que estamos juntos e de que isso é apenas um começo. Mas eu queria marcar este começo com esta solenidade, porque é um começo que mostra um novo país.

Muito obrigado.